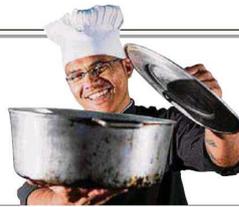


Metrópole



Solidariedade
Chef volta a bairro onde nasceu para ensinar culinária. Pág. A19

Ambiente. Após pressão de produtores rurais do Pará, nova proposta transforma 349 mil hectares do Jamanxim em Área de Proteção Ambiental, nível menos restritivo de conservação; valor é menor que a MP vetada pelo presidente e maior que plano inicial

Governo Temer volta a propor redução de floresta nacional na Amazônia

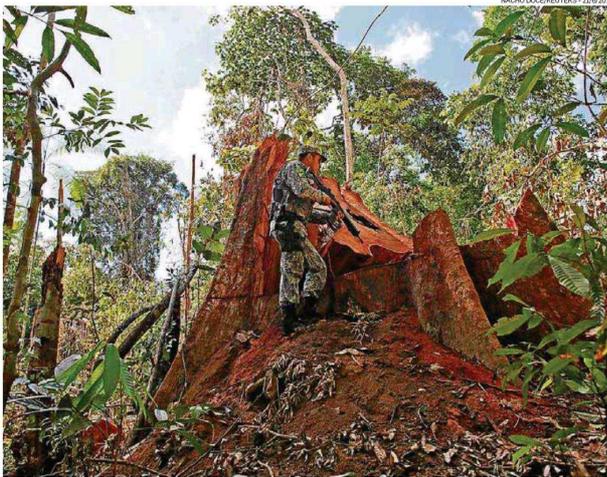
Giovana Girardi

Pouco menos de um mês após o presidente Michel Temer vetar a Medida Provisória 756, que reduzia a Floresta Nacional (flona) do Jamanxim, no Pará – e uma semana após oito viaturas do Ibama terem sido queimadas na BR-163, perto da região –, o governo cedeu à pressão de produtores rurais do entorno da unidade e enviou ao Congresso, projeto de lei com nova sugestão de redução da floresta. Os produtores rurais afirmaram não estar satisfeitos com a nova proposta, assim como os ambientalistas.

O texto prevê uma mudança nos limites da floresta, levando a uma redução de 349,046 hectares. Essa área será transformada em Área de Proteção Ambiental (APA), o nível menos restritivo de unidade de conservação. Essa passa a ter 953,613 ha. É um corte menor que o proposto na versão final da MP, depois de ser modificada no Congresso, que pedia a redução de 486 mil hectares, mas maior do que dizia o texto original do governo, de 304 mil hectares.

Ontem, logo depois de sabermos do envio do PL, os manifestantes desfizeram o bloqueio e o fluxo na Rodovia BR-163 foi retomado. Na opinião de Gelson Dill, vice-prefeito da cidade de Novo Progresso, o maior município da região, o texto “não satisfaz os anseios dos produtores, mas ameniza bastante”. De acordo com Dill, vice-presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do município, o ideal era a medida provisória aprovada no Congresso, e o grupo deve pedir a deputados ruralistas emendas ao projeto de lei.

O PL foi apresentado após duas semanas de pressão por parte de produtores rurais do Pará. De um lado, no Congresso, havia a ameaça de que o veto de Temer seria derrubado. Em campo, proprietários de terra da região no entorno de Jamanxim vinham promovendo bloqueios de 24 horas em vários pontos da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, pedindo a apresentação do PL. A promessa tinha sido feita pelo próprio ministro Sarney Filho, em vídeo em que aparecia ao lado do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA),



Corte e fiscalização. Expectativa de ministério é que o projeto ajude a minimizar conflitos

NACHO DOCKER/REUTERS - 21/6/2013

PROTEÇÃO MENOR

● Projeto de lei transforma parte da Floresta Nacional de Jamanxim em Área de Proteção Ambiental (APA)

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE JAMANXIM



FONTE: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INFORMAÇÕES/ESTADÃO

ONG estima que desmatamento vai dobrar até 2030

● Ao propor o projeto de lei que transforma 27% da floresta nacional (flona) em Área de Proteção Ambiental (APA), o governo federal alegou que a mudança vai conter o desmatamento, ao permitir a regularização fundiária de quem está ocupando a região.

Cálculo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (I-pam) estima, porém, que o desmatamento na região pode mais que dobrar até 2030 e a emissão de 67 milhões de toneladas de CO₂ (gás carbônico). A organização considera que uma vez que a APA é menos restritiva, permitindo praticamente qualquer tipo de ocupação, até 2030 pode haver corte extra de 138.549 hectares.

na véspera do veto de Temer. Sarney Filho anunciava que a MP seria vetada, mas que um PL seria apresentado nos mesmos termos.

Dias depois, porém, ele disse que isso somente ocorreria de-

pois do parecê técnico do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), ligado ao Ministério do Meio Ambiente. Na madrugada de sexta passada, oito novas viaturas que seriam entregues ao

“Dada a dinâmica instalada na região, com sinais do governo de que pode avançar sobre a floresta não é a APA que vai segurar”, afirma Paulo Moutinho, pesquisador do Ipam.

Na nota em que justificou a nova proposta de redução da floresta enviada ao Congresso, o Ministério do Meio Ambiente afirmou que para “evitar qualquer possibilidade de aumento do desmatamento na APA”, foram incluídos dispositivos como: manutenção dos possíveis títulos emitidos à ausência de desmatamento ilegal e previsão de conversão de floresta para uso alternativo de no máximo 20% das propriedades. / G.G.

Ibama foram incendiadas na BR-163, no que foi visto pelo órgão como um atentado – em protesto contra os vetos.

Por meio de nota, o Ministério do Meio Ambiente disse que o objetivo é resolver conflitos existentes desde a criação da floresta nacional, em 2006, delimitada em uma área onde havia algumas propriedades, que deveriam ter sido indenizadas. De lá para cá, a situação só piorou, e Jamanxim é a unidade de conservação onde mais cresceu a taxa de desmatamento nos últimos anos, segundo o Prodes, sistema de monitoramento do desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

A justificativa é citada no PL. “A área tem sido palco de recorrentes conflitos fundiários e de atividades ilegais de extração de madeira e de garimpo associados à grilagem de terra e à ausência de regimento ambiental. Com reflexos na escalada da criminalidade e da violência contra agentes públicos, sendo necessária a implementação de políticas de governo adequadas para essas questões.”

Os primeiros cálculos do (ICMBio), que balizaram o texto original da MP, sugeriam que uma redução de 35 mil hectares

seria o suficiente para resolver o conflito. Segundo ambientalistas, a área de vezes maior vai regularizar grileiros que chegaram após a criação da floresta nacional.

O ministério disse que o PL teve como base novos estudos do ICMBio. “Vários cenários foram elaborados, considerando a relação entre o número de ocupações e o tamanho da área a ser excluída. Na proposta atual, refinamos a análise, mantendo os mesmos critérios, procurando excluir as áreas mais ocupadas, sem com isso perder muito da área original da unidade”, complementou a pasta, após ser questionada sobre a diferença de valores.

O ministério disse ainda que a área transformada em área de proteção ambiental “poderá permitir a regularização fundiária destas áreas”. “A área da floresta nacional, por sua vez, passará a atender os objetivos que motivaram sua criação, voltados para o manejo sustentável,

inviabilizados em função do conflito instalado”.

Críticas. Ambientalistas temem que isso aconteça e a redução final seja ainda maior, como ocorreu com a MP. “O governo está encurrulado e só liga para atender às pressões do Congresso”, diz Paulo Barreto, pesquisador do Imazon. Ele e colegas calcularam quanto pode ser o ganho para quem está na região se o PL for aprovado.

Pela conta – considerando que APA permite a presença de propriedades privadas –, se o governo vender as terras ocupadas pelas regras atuais dará subsídio de pelo menos R\$ 500 milhões a posseiros. Foi considerada a possibilidade de regularização fundiária prevista na MP 759, sancionada na terça por Temer, que prevê que grandes porções de áreas públicas invadidas na Amazônia sejam legalizadas. Pela lei, podem ser cobrados apenas de 10% a 50% dos valores aplicados pelo Incra, já mais baixos do que os valores praticados pelo mercado. Assim, em vez de pagar por um hectare de terra cerca de R\$ 1,8 mil, grileiros poderiam pagar algo entre 10% e 50% de R\$ 672,0 hectare – o valor do Incra.

Facebook.
Curta a página de Sustentabilidade
facebook.com/vidaestadao

PONTOS-CHAVE

Entenda o que está em jogo na região

● **MP original**
O texto do governo reduzia em 304 mil hectares a floresta nacional, mas aumentava em 438 mil hectares o Parque Nacional de Rio Novo, contíguo à floresta.



VINÍCIUS MENONCIAN/ISTOCK

● **MP alterada**
No Congresso, o texto sofreu vários “contrabandos”, a redução da floresta nacional passou a 486 mil hectares e o aumento de Rio Novo sumiu.



OLIVIERO CITADEL/ISTOCK

● **Protestos**
Após veto de Temer, a BR-163 sofreu vários bloqueios, o que prejudicou o escoamento de grãos e a exportação. Viaturas do Ibama foram incendiadas.